



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

C.N.P.J: 02.884.385/0001-22

Endereço: Av C, 576, Qd. A-26 Lt 11 – Jardim Goiás – Goiânia – GO

Tel. e Fax: (62) 3236-9600

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

Conteúdo

Balanço Patrimonial – Consolidado

Balanço Patrimonial – Plano CelgPrev

Balanço Patrimonial – Plano Eletra1

Balanço Patrimonial – PGA Cosolidado

Balanço Patrimonial – PGA CelgPrev

Balanço Patrimonial – PGA Eletra1

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano Eletra1

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano CelgPrev

Demonstração do Ativo Líquido – Plano CelgPrev

Demonstração do Ativo Líquido – Plano Eletra1

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidado)

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Plano CelgPrev

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Plano Eletra1

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - CelgPrev

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – Eletra1

Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis

Relatório dos auditores independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Manifesta o do Conselho Deliberativo



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

I - BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$ MIL)

ATIVO	NOTA	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	PASSIVO	NOTA	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
DISPONÍVEL	4	401	144	EXIGÍVEL OPERACIONAL		2.332	2.416
				Gestão Previdencial	6	1.712	1.865
REALIZÁVEL	5	758.967	825.268	Gestão Administrativa	7	556	545
Gestão Previdencial	5 A	93.918	125.868	Investimentos	8	64	6
Gestão Administrativa	5 B	2.455	2.627				
Investimentos		662.594	696.773	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	8.812	7.754
Titulos Públicos	5 C	208.054	201.322	Gestão Previdencial	13	6.666	5.862
Créditos Privados e Depósitos	5 C	63.719	58.135	Gestão Administrativa		2.147	1.892
Fundos de Investimentos	5 C	367.419	400.073				
Investimentos Imobiliários	5 C-1	5.150	6.221	PATRIMÔNIO SOCIAL	10	748.443	815.508
Empréstimos	5 C	18.251	31.022	Patrimônio de Cobertura do Plano		718.247	792.700
				Provisões Matemáticas		741.521	812.593
				Benefícios Concedidos		541.943	428.552
				Benefícios a Conceder		199.593	384.071
				(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(15)	(30)
				Equilíbrio Técnico	11	(23.274)	(19.893)
				Resultados Realizados		(23.274)	(19.893)
PERMANENTE	5 D	219	267	(-) Déficit Técnico Acumulado	11 A	(23.274)	(19.893)
				Fundos		30.196	22.808
				Fundos Previdenciais	12 A-1	24.257	16.796
				Fundos Administrativos	12 A-2	4.722	4.648
				Fundos dos Investimentos	12 A-3	1.218	1.364
TOTAL DO ATIVO		759.588	825.679	TOTAL DO PASSIVO		759.588	825.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Controlador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA


I - BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO CELGPREV EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$ MIL)


ATIVO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	PASSIVO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
DISPONÍVEL	274	78	EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.445	1.500
			Gestão Previdencial	1.395	1.494
REALIZÁVEL	676.656	744.040	Investimentos	50	6
Gestão Previdencial	86.713	116.430	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.994	5.254
Gestão Administrativa	3.954	3.906	Gestão Previdencial	5.994	5.254
Investimentos	585.989	623.704	PATRIMÔNIO SOCIAL	669.490	737.364
Títulos Públicos	186.673	180.570	Patrimônio de Cobertura do		
Créditos Privados e			Plano	640.204	715.459
Depósitos	62.263	56.120	Provisões Matemáticas	660.369	732.842
Fundos de Investimentos	314.938	350.935	Benefícios Concedidos	460.791	348.801
Investimentos Imobiliários	5.150	6.221	Benefícios a Conceder	199.593	384.071
Empréstimos	16.965	29.858	(-) Provisões Matemáticas a		
			Constituir	(15)	(30)
			Equilíbrio Técnico	(20.165)	(17.382)
			Resultados Realizados	(20.165)	(17.382)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(20.165)	(17.382)
			Fundos	29.287	21.904
			Fundos Previdenciais	24.257	16.796
			Fundos Administrativos	3.954	3.906
			Fundos dos Investimentos	1.076	1.202
TOTAL DO ATIVO	676.930	744.118	TOTAL DO PASSIVO	676.930	744.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Luiz Humberto Urzede de Queiroz
Presidente
CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios
CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

I - BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO ELETRA1 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$ MIL)

ATIVO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	PASSIVO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
DISPONÍVEL	39	53	EXIGÍVEL OPERACIONAL	332	371
			Gestão Previdencial	317	371
REALIZÁVEL	79.917	79.070	Investimentos	14	-
Gestão Previdencial	7.205	9.438	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	672	608
Gestão Administrativa	768	741	Gestão Previdencial	672	608
Investimentos	71.944	68.891	PATRIMÔNIO SOCIAL	78.952	78.144
Titulos Públicos	21.380	20.752	Patrimônio de Cobertura do Plano	78.043	77.241
Créditos Privados e Depósitos	1.456	2.015	Provisões Matemáticas	81.152	79.751
Fundos de Investimentos	47.821	44.959	Benefícios Concedidos	81.152	79.751
Empréstimos	1.287	1.165	Equilíbrio Técnico	(3.109)	(2.510)
			Resultados Realizados	(3.109)	(2.510)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(3.109)	(2.510)
			Fundos	909	903
			Fundos Administrativos	768	741
			Fundos dos Investimentos	142	162
TOTAL DO ATIVO	79.956	79.123	TOTAL DO PASSIVO	79.956	79.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

I - BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$ MIL)

ATIVO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	PASSIVO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
DISPONÍVEL	89	13	EXIGÍVEL OPERACIONAL	556	545
			Gestão Administrativa	556	545
REALIZÁVEL	7.116	6.805	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2.147	1.892
Gestão Administrativa	2.455	2.627	Gestão Administrativa	2.147	1.892
Investimentos	4.660	4.178	PATRIMÔNIO SOCIAL	4.722	4.648
Fundos de Investimentos	4.660	4.178	Fundos	4.722	4.648
PERMANENTE	219	267	Fundos Administrativos	4.722	4.648
Imobilizado	219	267			
TOTAL DO ATIVO	7.424	7.085	TOTAL DO PASSIVO	7.424	7.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

I - BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CELGPREV EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM R\$ MIL)

ATIVO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	PASSIVO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
DISPONÍVEL	85	9	EXIGÍVEL OPERACIONAL	549	539
REALIZÁVEL	6.334	6.053	Gestão Administrativa	549	539
Gestão Administrativa	2.430	2.600	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2.120	1.870
Investimentos	3.904	3.453	Gestão Administrativa	2.120	1.870
Fundos de Investimentos	3.904	3.453	PATRIMÔNIO SOCIAL	3.954	3.906
PERMANENTE	206	253	Fundos	3.954	3.906
Imobilizado	206	253	Fundos Administrativos	3.954	3.906
TOTAL DO ATIVO	6.624	6.315	TOTAL DO PASSIVO	6.624	6.315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

I - BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA ELETRA1 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(EM R\$ MIL)

ATIVO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	PASSIVO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
DISPONÍVEL	4	4	EXIGÍVEL OPERACIONAL	6	6
REALIZÁVEL	782	752	Gestão Administrativa	6	6
Gestão Administrativa	26	26			
Investimentos	757	726	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	27	23
Fundos de Investimentos	757	726	Gestão Administrativa	27	23
			PATRIMÔNIO SOCIAL	768	741
PERMANENTE	14	14	Fundos	768	741
Imobilizado	14	14	Fundos Administrativos	768	741
TOTAL DO ATIVO	800	770	TOTAL DO PASSIVO	800	770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADO

(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	Varição (%)
A) Patrimônio Social – Início do Exercício	815.508	752.692	8,35%
1. Adições	104.941	113.145	(7,25%)
(+) Contribuições Previdenciais	33.676	49.385	(31,81%)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	66.911	60.482	10,63%
(+) Reversão de Contingências – Gestão Previdencial	(1.030)	(886)	16,26%
(+) Receitas Administrativas	5.113	3.733	36,97%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Administrativa	484	573	(15,61%)
(+) Reversão Líquida de Contingências	(65)	-	0,00%
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	(147)	(142)	3,33%
2. Destinações	(172.007)	(50.329)	241,77%
(-) Benefícios	(166.550)	(45.666)	264,71%
(-) Despesas Administrativas	(5.457)	(4.663)	17,03%
3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(67.066)	62.816	(206,77%)
(+/-) Provisões Matemáticas	(71.072)	71.175	(199,86%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(3.381)	(10.404)	(67,50%)
(+/-) Fundos Previdenciais	7.460	2.545	193,14%
(+/-) Fundos Administrativos	74	(357)	(120,80%)
(+/-) Fundos dos Investimentos	(147)	(143)	2,80%
B) Patrimônio Social – Final do Exercício (A+3+4)	748.442	815.508	(8,22%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Walace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO ELETRA 1 (Em R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	77.241	77.101	0,18%
1. Adições	8.076	7.064	14,33%
(+) Contribuições	902	1.591	(43,31%)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.174	5.473	31,08%
2. Destinações	(7.274)	(6.924)	5,05%
(-) Benefícios	(7.172)	(6.773)	5,90%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(63)	(113)	(44,01%)
(-) Custeio Administrativo	(38)	(38)	(0,10%)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	802	140	473,19%
(+/-) Provisões Matemáticas	1.401	2.042	(31,38%)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(599)	(1.902)	(68,51%)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	78.043	77.241	1,04%
C) Fundos não Previdenciais	909	903	0,71%
(+/-) Fundos Administrativos	768	741	3,62%
(+/-) Fundos dos Investimentos	142	162	(12,57%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO CELGPREV (Em R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	732.256	669.080	9,44%
1. Adições	97.567	106.464	(8,36%)
(+) Contribuições	37.831	51.455	(26,48%)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	59.737	55.009	8,59%
2. Destinações	(165.383)	(43.288)	282,01%
(-) Benefícios	(159.378)	(38.892)	309,80%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(987)	(773)	25,07%
(-) Custeio Administrativo	(5.018)	(3.623)	38,51%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(67.796)	63.176	(207,31%)
(+/-) Provisões Matemáticas	(72.474)	69.133	(204,83%)
(+/-) Fundos Previdenciais	7.460	2.545	193,14%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(2.782)	(8.502)	(67,28%)
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	664.460	732.256	(8,26%)
C) Fundos não Previdenciais	5.030	5.108	(1,52%)
(+/-) Fundos Administrativos	3.954	3.906	1,23%
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.076	1.202	(10,48%)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49

Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04

Salomão Pacini Pigueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68

Walace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.498-49



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO CELGPREV

(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	Variação (%)
1. Ativos	676.930	744.118	(9,03%)
Disponível	274	78	250,72%
Recebível	90.667	120.336	(24,65%)
Investimento	585.989	623.704	(6,05%)
Títulos Públicos	186.673	180.570	3,38%
Créditos Privados e Depósitos	62.263	56.120	10,95%
Fundos de Investimentos	314.938	350.935	(10,26%)
Investimentos Imobiliários	5.150	6.221	(17,22%)
Empréstimos	16.965	29.858	(43,18%)
2. Obrigações	7.439	6.754	10,15%
Operacional	1.445	1.500	(3,66%)
Contingencial	5.994	5.254	14,09%
3. Fundos Não Previdenciais	5.030	5.108	(1,52%)
Fundos Administrativos	3.954	3.906	1,23%
Fundos dos Investimentos	1.076	1.202	(10,48%)
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	664.460	732.256	(9,26%)
Provisões Matemáticas	660.369	732.842	(9,89%)
Superávit/Déficit Técnico	(20.165)	(17.382)	16,01%
Fundos Previdenciais	24.257	16.796	44,42%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(20.165)	(17.382)	16,01%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	11.235	8.690	29,29%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(8.930)	(8.692)	2,74%

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO ELETRA1

(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	Variação (%)
1. Ativos	79.956	79.123	1,05%
Disponível	39	53	(27,09%)
Recebível	7.973	10.179	(21,67%)
Investimento	71.944	68.891	4,43%
Títulos Públicos	21.380	20.752	3,03%
Créditos Privados e Depósitos	1.456	2.015	(27,72%)
Fundos de Investimentos	47.821	44.959	6,36%
Empréstimos	1.287	1.165	10,47%
2. Obrigações	1.003	979	2,49%
Operacional	332	371	(10,60%)
Contingencial	672	608	10,48%
3. Fundos Não Previdenciais	909	903	0,71%
Fundos Administrativos	768	741	3,62%
Fundos dos Investimentos	142	162	(12,57%)
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	78.043	77.241	1,04%
Provisões Matemáticas	81.152	79.750	1,76%
Superávit/Déficit Técnico	(3.109)	(2.510)	23,88%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(3.109)	(2.510)	23,88%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	1.035	996	3,92%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(2.074)	(1.514)	37,01%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49

Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04

Salomão Paím Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68

Walace Rodrigues Felipe
Controlador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADO) (EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	4.648	5.005	(7,13%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.597	4.306	29,97%
1.1. Receitas	5.597	4.306	29,97%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	5.056	3.660	38,15%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	56	73	(23,64%)
Resultado Positivo dos Investimentos	484	573	(15,61%)
Outras Receitas	1	-	0,00%
2. Despesas Administrativas	(5.457)	(4.663)	17,03%
2.1. Administração Previdencial	(4.345)	(3.814)	13,93%
Pessoal e Encargos	(2.325)	(2.212)	5,09%
Treinamentos/Congressos e Seminários	(47)	(42)	10,95%
Viagens e Estadias	(43)	(51)	(16,00%)
Serviços de Terceiros	(826)	(562)	46,93%
Despesas Gerais	(978)	(831)	17,67%
Depreciações e Amortizações	(63)	(51)	22,97%
Outras Despesas	(65)	(65)	(0,19%)
2.2. Administração dos Investimentos	(1.112)	(849)	30,94%
Pessoal e Encargos	(992)	(758)	30,91%
Serviços de Terceiros	(119)	(91)	31,21%
3. Constituição/Reversão de Constituições Administrativas	(65)	-	0,00%
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	74	(357)	(120,80%)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	74	(357)	(120,80%)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	4.722	4.648	1,60%


As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49

VI - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO CELGREV
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.906	4.340	(10,00%)
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.497	4.175	31,68%
1.1. Receitas	5.497	4.175	31,68%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	5.018	3.623	38,51%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	50	67	(25,38%)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	428	485	(11,70%)
Outras Receitas	1	-	0,00%
2. Despesas Administrativas	(5.385)	(4.609)	16,84%
2.1. Administração Previdencial	(4.228)	(3.770)	13,73%
2.1.1. Despesas Comuns	(4.228)	(3.710)	13,95%
2.1.2. Despesas Específicas	(60)	(60)	0,00%
Outras Despesas	(60)	(60)	0,00%
2.2. Administração de Investimentos	(1.098)	(839)	30,83%
2.2.1. Despesas Comuns	(1.098)	(839)	30,83%
3. Constituição/Reversão de Constituições Administrativas	(64)	-	0,00%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	48	(434)	(111,02%)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	48	(434)	(111,02%)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	3.954	3.906	1,22%

VI - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PLANO ELETRA1
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	741	665	11,43%
1. Custeio da Gestão Administrativa	99	131	(24,41%)
1.1. Receitas	99	131	(24,41%)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	38	38	(0,10%)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	6	6	(4,29%)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	55	87	(36,42%)
2. Despesas Administrativas	(72)	(55)	30,40%
2.1. Administração Previdencial	(58)	(45)	28,18%
2.1.1. Despesas Comuns	(53)	(40)	31,70%
2.1.2. Despesas Específicas	(5)	(5)	0,00%
Outras Despesas	(5)	(5)	0,00%
2.2. Administração de Investimentos	(14)	(10)	40,41%
2.2.1. Despesas Comuns	(14)	(10)	40,41%
3. Constituição/Reversão de Constituições Administrativas	(1)	-	0,00%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	26	76	(65,38%)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	26	76	(65,38%)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	767	741	3,55%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Luiz Humberto Urzede de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49

Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04

Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68

Walace Rodrigues Felipe
ContadorCRC/MS GO 042420
CPF n. 532.110.496-49

VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - CELGPREV
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	672.976	740.212	(9,08%)
1. Provisões Matemáticas	660.369	732.842	(9,89%)
1.1. Benefícios Concedidos	460.791	348.801	32,11%
Benefício Definido	460.791	348.801	32,11%
1.2. Benefício a Conceder	199.593	384.071	(48,03%)
Contribuição Definida	195.928	382.268	(48,75%)
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	99.607	198.879	(49,92%)
Saldo de Contas - Parcela Participantes	96.321	183.389	(47,48%)
Benefício Definido	3.665	1.803	103,26%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(15)	(30)	(49,72%)
(-) Serviço Passado	(15)	(30)	(49,72%)
(-) Participantes	(15)	(30)	(49,72%)
2. Equilíbrio Técnico	(20.165)	(17.382)	16,01%
2.1. Resultados Realizados	(20.165)	(17.382)	16,01%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(20.165)	(17.382)	16,01%
3. Fundos	25.333	17.998	40,75%
3.1. Fundos Previdenciais	24.257	16.796	44,42%
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.076	1.202	(10,48%)
4. Exigível Operacional	1.445	1.500	(3,66%)
4.1. Gestão Previdencial	1.395	1.494	(6,83%)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	50	6	737,47%
5. Exigível Contingencial	5.994	5.254	14,09%
5.1. Gestão Previdencial	5.994	5.254	14,09%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49



Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04



Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68



Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49

VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - ELETRA1
(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	79.188	78.382	1,03%
1. Provisões Matemáticas	81.152	79.751	1,76%
1.1. Benefícios Concedidos	81.152	79.751	1,76%
Benefício Definido	81.152	79.751	1,76%
2. Equilíbrio Técnico	(3.109)	(2.510)	23,88%
2.1. Resultados Realizados	(3.109)	(2.510)	23,88%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(3.109)	(2.510)	23,88%
3. Fundos	142	162	(12,57%)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	142	162	(12,57%)
4. Exigível Operacional	332	371	(10,60%)
4.1. Gestão Previdencial	332	371	(10,60%)
5. Exigível Contingencial	672	608	10,48%
5.1. Gestão Previdencial	672	608	10,48%


As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A. Constituição

A ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência é uma pessoa jurídica de direito privado de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, enquadrando-se como entidade fechada de previdência complementar, instituída pela Portaria n. 2.342, de 27 de novembro de 1980, do Ministério da Previdência Social - MPS e tem por objetivo instituir e operar planos privados de concessão de rendas ou de pecúlios, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus grupos familiares ou àqueles que a estes se assemelhem, vinculados às patrocinadoras da Entidade, mediante contribuições de seus participantes, das respectivas patrocinadoras ou de ambos, na forma que dispuserem os respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) n. 3.792, de 24 de setembro de 2009 e posteriores alterações.

Naquela condição, encontra-se submetida às Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, bem como às suas alterações e demais regulamentações posteriores. Por decorrência, obedece às normas e instruções emanadas das disposições do Ministério da Previdência Social (MPS), por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

B. Planos de Benefícios

Para a consecução de seus objetivos e em complementação às contribuições dos participantes, as patrocinadoras efetuam contribuições de acordo com percentual determinado segundo plano de custeio. O custeio dos planos de benefícios da Fundação, que se enquadram nas modalidades Benefício Definido e Contribuição Variável, estão a cargo das patrocinadoras e dos participantes que aderiram aos planos de benefícios administrados pela ELETRA, cabendo a eles as respectivas contribuições paritárias, definidas atuarialmente.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Entende-se por plano de Benefício Definido aquele cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, sendo o custo determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção; por plano de Contribuição Definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta, mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos e; por plano de Contribuição Variável aquele cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido. A Entidade é responsável pela administração de dois planos de benefícios, um na modalidade de Benefício Definido e outro de Contribuição Variável, conforme segue:

B.1. Plano de Benefícios Eletra 1 - CNPB n. 1980002347

Participam deste Plano de Benefício Definido aqueles que já detinham a condição de participante da ELETRA até a criação do Plano Celgprev. Este Plano foi instituído em 1980, no início das atividades da ELETRA e está em extinção, ou seja, foi fechado para novas adesões e continua mantido apenas para os Assistidos.

A ELETRA possuía, na data de 31 de dezembro de 2017, em seu Plano de Benefício Definido, o seguinte quantitativo de participantes assistidos:

Plano Eletra1 - BD	2017	2016
Assistidos	128	128
Total	128	128

B.2. Plano de Benefícios CELGPREV - CNPB n. 2000006965

Plano de Contribuição Variável (Contribuição Definida para os benefícios programados e Benefício Definido para os benefícios de risco), instituído pela CELG e pela ELETRA para os funcionários que ingressaram na CELG a partir de 2001 e para aqueles que migraram do Plano Eletra 1.


Seu Regulamento foi aprovado em 05/10/2000 pela então Secretaria de Previdência Complementar – SPC.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-50 042420
CPF n. 532.110.496-49



A ELETRA possuía, na data de 31 de dezembro de 2017, em seu Plano de Contribuição Variável, o seguinte quantitativo de participantes ativos e assistidos:

Plano Celgprev - CV	2017	2016
Ativos	1.245	1.860
Assistidos	1.331	1.070
Total	2.576	2.930

Os benefícios abrangidos pelos planos da ELETRA são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço ou contribuição;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de aposentadoria proporcional;
- Suplementação de pensão e
- Abono anual.

B.3. Plano de Gestão Administrativa - PGA

Instituído em janeiro de 2010, nos termos das Resoluções CGPC n. 28, de 26 de janeiro de 2009 e CGPC n. 29, de 31 de agosto de 2009, com o objetivo de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da EFPC, na forma do seu regulamento. A Resolução CGPC n. 28, de 26 de janeiro de 2009, foi revogada pela Resolução CNPC n. 08, de 31 de outubro de 2011, e ainda, alterada pela Resolução CNPC n. 12, de 19 de agosto de 2013.

C. Patrocinadoras / Participantes / Planos de Benefícios da Fundação

Os planos de benefícios da ELETRA, denominados Celgprev (CV) e Eletra 1 (BD) são patrocinados por:

- CELG D - Celg Distribuição S.A.;
- CELG GT - Celg Geração e Transmissão S.A.;
- CELGPAR - Companhia Celg de Participações;
- Pela própria ELETRA, que patrocina seus empregados; e
- CELGMED - Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da Celg.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-ISO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

Os participantes dos planos de benefícios administrados pela Entidade compreendem os empregados, ex-empregados das patrocinadoras e demais beneficiários inscritos nos mesmos, em conformidade com os regulamentos de cada plano, sendo denominados Assistidos quando em gozo de benefícios.

A escrituração contábil da Entidade é realizada de forma a segregar os bens, direitos e obrigações de cada plano de benefício. A mesma utiliza o Plano de Gestão Administrativa - PGA para registro de todas as operações de gestão administrativa dos seus planos de benefícios, segregando, também, o PGA por plano de benefício.

A estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria Entidade, e ainda, por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos.

Em observância aos artigos 9º e 14 do Código Tributário Nacional, a ELETRA não distribui dividendos, aplicando no país a totalidade dos seus recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC n. 8, de 31 de outubro de 2011 e alterada pela Resolução CNPC n. 12, de 12 de agosto de 2013, e ainda, a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n. 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de Ativos e Passivos de Curto e Longo Prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Respeitadas as normas específicas, a Entidade Fechada de Previdência Complementar - EPFC deve adotar, quando aplicável, as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo de suas atividades. A apresentação de Ativos e Passivos é composta da gestão previdencial e administrativa e do fluxo dos investimentos, o que proporciona informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Essa sistemática exigida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

As estimativas contábeis foram baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis, cuja metodologia adotada envolve, normalmente, fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas são a avaliação da carteira de investimentos, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para demandas judiciais, os ativos e passivos relacionados a participantes e patrocinadores e os cálculos atuariais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá, eventualmente, resultar em valores diferentes daqueles provisionados. Visando um acompanhamento permanente destas estimativas, a Fundação revisa, pelo menos anualmente, as metodologias e premissas inerentes, ou ainda, conforme cada caso.

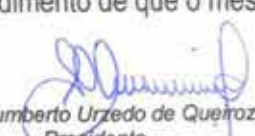
Todas as informações aqui descritas tratam sempre das Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando se fizerem necessárias, e neste caso, estão referenciadas aos planos.

Os registros contábeis são segregados por balancetes dos Planos de Benefícios Previdenciais, balancetes dos Planos de Gestão Administrativa, balancete Auxiliar (utilizado para efetuar a consolidação das demonstrações contábeis) e balancete Consolidado, respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios previdenciais, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes.

2.1. Estrutura Contábil

Gestões e Investimentos

Na estrutura contábil vigente, os segmentos operacionais necessários à administração das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC são denominados: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, Gestão Assistencial e Investimentos, sendo que este último segmento não tem a denominação de gestão pelo entendimento de que o mesmo é atividade complementar das gestões.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Walace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



No caso da ELETRA, os segmentos operacionais utilizados são: Previdencial, Administrativo e de Investimentos. Esses segmentos operacionais estão presentes nas demonstrações contábeis dos planos de benefícios e no Plano de Gestão Administrativa - PGA. Suas funções são as seguintes:

Gestão Previdencial: congrega todas as atividades previdenciais da Entidade, como recebimento de contribuições, pagamento de benefícios e constituição das provisões matemáticas.

Gestão Administrativa: funciona como uma entidade prestadora de serviços administrativos, tendo como usuários os planos de benefícios administrados pela Fundação. É responsável pela administração plena da Entidade, coordenando todo seu funcionamento.

Investimentos: destinado ao gerenciamento das aplicações financeiras dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade.

Os planos de benefícios e o Plano de Gestão Administrativa - PGA registram suas mutações patrimoniais e de resultado, utilizando-se dos seguintes segmentos operacionais:

Planos de Benefícios Previdenciais: Gestão Previdencial e de Investimentos;

Plano de Gestão Administrativa: Gestão Administrativa e de Investimentos.

Nas demonstrações consolidadas são apresentados os elementos patrimoniais e de resultado de todos os segmentos operacionais.

2.2. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é constituído por ativo, passivo e patrimônio social, sendo que:

Ativo

O ativo compreende bens, direitos e demais aplicações de recursos relativas aos planos, capazes de honrar os compromissos assumidos, conforme regulamento, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos.

Ativo Disponível

Registra as disponibilidades existentes em caixa e bancos.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.140.496-49



Ativo Realizável

O grupo realizável nas gestões Previdencial e Administrativa registra os direitos normais dessas atividades e, no Investimento, abriga todas as aplicações dos recursos em nome da Entidade, bem como os acréscimos ou decréscimos inerentes a valorizações ou desvalorizações de tais operações, sem distinção de prazos de aplicação.

Ativo Permanente

É composto pelos ativos imobilizado, intangível e diferido, registrado pelo custo aquisição, sendo os valores residuais e a vida útil econômica estabelecidos em conformidade com a NBC TG 27(R1).

Passivo

O passivo compreende as obrigações para com os participantes e terceiros, classificadas em operacional e contingencial e segregadas em gestões previdencial, administrativa e de investimentos.

Passivo Exigível Operacional

O grupo passivo, exigível operacional, é subdividido por segmentos operacionais de Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e de Investimentos. Esse grupo registra as obrigações decorrentes das operações dos planos de benefícios e do PGA.

Passivo Exigível Contingencial

O grupo passivo, exigível contingencial, é subdividido nos segmentos operacionais de Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e de Investimentos, o qual registra a ocorrência de fatos nas áreas mencionadas, que serão impactados e dependerão de decisões futuras, podendo ou não gerar desembolso.

Patrimônio Social

O patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.


Luiz Humberto Urzeo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Patrimônio de Cobertura do Plano

Provisões Matemáticas

Corresponde ao valor presente dos benefícios futuros líquidos das contribuições futuras dos planos de benefícios. Foram realizadas por pessoas jurídicas legalmente habilitadas, por meio de avaliações atuariais para todos os planos de Benefícios Previdenciais e os resultados estão contabilizados no balanço patrimonial.

Equilíbrio Técnico

Registra o excedente ou necessidade patrimonial em relação aos compromissos totais dos planos de benefícios.

Fundos Previdenciais e Não Previdenciais

Gestão Previdencial


Registra os fundos constituídos atuarialmente para atender a Gestão Previdencial dos planos de benefícios e estão divididos nos seguintes grupos:

Fundo Coletivo de Desligamento

Constituído pelas transferências dos saldos referentes às contribuições vertidas pelas Patrocinadoras, existentes nas contas dos Participantes, que tiveram suas cotas prescritas ou que tenham obtido o resgate de suas cotas por motivo de cancelamento de inscrição.

Gestão Administrativa

A ELETRA adota controle individualizado dos fundos administrativos, contabilizados no PGA por plano de benefícios. Portanto, o Fundo Administrativo constituído para cada plano representa o resultado da diferença entre os valores aportados de custeio administrativo previdencial, adicionado dos rendimentos de aplicação dos recursos do fundo administrativo e outras receitas previstas no regulamento do PGA, em relação às despesas administrativas apropriadas a cada Plano de Benefício. Conforme determinação legal, ao final de cada mês, a ELETRA registra nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa" no Ativo e "Participação no Fundo Administrativo do PGA" no Passivo, a participação do plano de benefícios previdenciais no fundo administrativo registrado no PGA.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador


CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



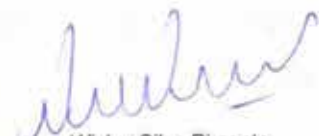
Investimentos

Composto, exclusivamente, pelo Fundo de Liquidação de Empréstimos, que representa os recursos necessários à cobertura de possíveis perdas por morte dos mutuários, com empréstimos concedidos aos participantes e assistidos dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação. Esses fundos são registrados e controlados por plano de benefícios previdenciais.

Em cumprimento à Instrução SPC n. 34/09, anexo A, alínea "I", do item 30, alterada posteriormente pelas Instruções Previc n. 05, de 08 de dezembro de 2011; n. 15, de 12 de novembro de 2014 e n. 21, de 23 de março de 2015, apresentamos as eliminações de registros entre planos, para fins de consolidação de balanço:


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MS-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

Descrição	Plano Celgprev	Plano Eletra1	PGA	Eliminações	Consolidado
ATIVO	Exercício 2017	Exercício 2017	Exercício 2017	Exercício 2017	Exercício 2017
DISPONÍVEL	274	39	89	-	401
REALIZÁVEL	676.656	79.917	7.116	(4.722)	758.967
Gestão Previdencial	86.713	7.205	-	-	93.918
Gestão Administrativa	3.954	768	2.455	(4.722)	2.455
Investimentos	585.98	71.944	4.660	-	662.594
Títulos Públicos	186.673	21.380	-	-	208.054
Créditos Privados e Depósitos	62.263	1.456	-	-	63.719
Fundos de Investimentos	314.938	47.821	4.660	-	367.419
Investimentos Imobiliários	5.150	-	-	-	5.150
Empréstimos	16.965	1.287	-	-	18.251
PERMANENTE	-	-	219	-	219
Imobilizado	-	-	219	-	219
TOTAL DO ATIVO	676.930	79.956	7.424	(4.722)	759.588
PASSIVO	Exercício 2017	Exercício 2017	Exercício 2017	Exercício 2017	Exercício 2017
EXIGÍVEL OPERACIONAL	1.445	332	556	-	2.332
Gestão Previdencial	1.395	317	-	-	1.712
Gestão Administrativa	-	-	556	-	556
Investimentos	50	14	-	-	64
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.994	672	2.147	-	8.812
Gestão Previdencial	5.994	672	-	-	6.666
Gestão Administrativa	-	-	2.147	-	2.147
PATRIMÔNIO SOCIAL	669.490	78.952	4.722	(4.722)	748.443
Patrimônio de Cobertura do Plano	640.204	78.043	-	-	718.247
Provisões Matemáticas	660.369	81.152	-	-	741.521
Benefícios Concedidos	460.791	81.152	-	-	541.943
Benefícios a Conceder	199.593	-	-	-	199.593
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(15)	-	-	-	(15)
Equilíbrio Técnico	(20.165)	(3.109)	-	-	(23.274)
Resultados Realizados	(20.165)	(3.109)	-	-	(23.274)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(20.165)	(3.109)	-	-	(23.274)
Fundos	29.287	909	4.722	(4.722)	30.196
Fundos Previdenciais	24.257	-	-	-	24.257
Fundos Administrativos	3.954	768	4.722	(4.722)	30.196
Fundos dos Investimentos	1.076	142	-	-	1.218
TOTAL DO PASSIVO	676.930	79.956	4.722	(4.722)	759.588


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Walace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



2.3. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS - Consolidada

Destina-se   evidenciac o das alterac es do patrimônio social da Entidade e discrimina:

- Patrimônio Social no início do exercício;
- Adic es e destina es do Patrimônio Social;
- Acréscimos e decréscimos no Patrimônio Social;
- Constitui es ou reversões de fundos previdenciais administrativos e de investimentos; e
- Patrimônio Social no final do exercício.

2.4. Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido Por Plano de Benefícios - DMAL

A Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido (DMAL) por plano de benefícios destina-se a evidenciar a composi o dos elementos que provocaram as alterac es ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- Saldo do ativo líquido no início do exercício;
- Adic es do ativo líquido;
- Dedu es do ativo líquido;
- Acréscimos e decréscimos no ativo líquido;
- Saldo do ativo líquido no final do exercício; e
- Valores dos fundos não previdenciais: administrativos e de investimentos.

2.5. Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL

O ativo líquido de um plano de benefícios   o valor resultante da subtra o do ativo total dos passivos e fundos não previdenciais. Sua apurac o tem como objetivo possibilitar a avalia o do grau de cobertura dos compromissos atuariais do plano, representados pelas provisões matemáticas e dos fundos previdenciais, representados pelo ativo líquido.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



A Demonstração do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar esse grau de cobertura e a evolução dos componentes patrimoniais do plano de benefícios. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- Saldos dos grupos de contas do ativo;
- Saldos dos grupos de contas do passivo (operacional e contingencial);
- Saldos dos fundos não previdenciais: administrativos e de investimentos; e
- Saldo do ativo líquido no final do exercício.

2.6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA - Consolidada

Destina-se a evidenciar a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas nos fundos administrativos do PGA no seu conjunto, bem como possibilita avaliar a evolução desses elementos e dos referidos fundos. Nela estão representadas todas as contas que compõem a atividade administrativa da EFPC.

Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- Fundo administrativo do exercício anterior;
- Receitas administrativas do exercício;
- Despesas administrativas segregadas por administrações previdencial, de investimentos, assistencial e outras, do exercício;
- Resultado negativo dos investimentos;
- Sobras ou insuficiência da gestão administrativa;
- Constituição ou reversão do fundo administrativo no exercício; e
- Fundo administrativo do exercício atual.

2.7. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios - DPGA

A Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) por plano de benefícios é utilizada para evidenciar a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas nos fundos administrativos.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



É também destinada à Gestão Administrativa de um plano de benefícios pela Entidade, bem como possibilita avaliar a evolução desses elementos e do referido fundo.

Nela estão representadas todas as contas que compõem a atividade administrativa do Plano de Benefícios. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- Fundo administrativo do exercício anterior;
- Receitas administrativas do exercício;
- Despesas administrativas, segregadas por administrações previdencial, de investimentos e outras, com detalhamento das despesas comuns e específicas do plano de benefícios;
- Resultado negativo dos investimentos;
- Sobras ou insuficiência da gestão administrativa;
- Constituição ou reversão do fundo administrativo no exercício; e
- Fundo administrativo do exercício atual.

2.8. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT

Destina-se a evidenciar a composição e as alterações do patrimônio de cobertura do plano de benefícios. Essa demonstração visa detalhar os compromissos do plano de benefícios com seus participantes e assistidos, representados pelas provisões matemáticas, bem como a insuficiência ou o excesso de recursos, representados pelo equilíbrio técnico. Seus valores estão expressos em moeda das respectivas datas e incluem:

- Saldo do patrimônio de cobertura do plano no início do exercício;
- Saldos detalhados das provisões matemáticas de benefícios concedidos, provisões matemáticas de benefícios a conceder e provisões matemáticas a constituir; e
- Saldos detalhados do equilíbrio técnico, em resultados realizados e resultados a realizar.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Walece Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A. Elaboração das Demonstrações Contábeis

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

As principais práticas contábeis adotadas podem ser assim resumidas:

Apuração do Resultado

O registro dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa são apurados, mensalmente, de acordo com o princípio contábil de competência.

B. Realizável

Os realizáveis previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

Gestão Previdencial: constitui-se de recursos a receber relativos às contribuições para o plano de benefícios, antecipações e contratos de dívidas decorrentes de contribuições em atraso, de serviço passado e de equacionamento de déficit e outros realizáveis.

Gestão Administrativa: constitui-se de recursos a receber relativos às contribuições, doações, dotação inicial e outros realizáveis para a cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios.

C. Investimentos

São aplicações em títulos de crédito, valores mobiliários e outros direitos, classificados em títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, derivativos, investimentos imobiliários, empréstimos e outros realizáveis.

Os Recursos Garantidores das Provisões Técnicas da Entidade estão aplicados de acordo com o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN n. 3.792, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, que regulamentam os limites de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



C.1. Renda fixa

As aplicações no mercado financeiro, títulos governamentais, empréstimos a participantes e outros são avaliados ao custo e acréscidos dos rendimentos *pro rata die*, até a data do balanço, calculado com base nas taxas pactuadas. Considerando as disposições das Resoluções do CGPC n. 04 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- *Títulos para negociação*: são aqueles adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. São avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos são reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício; e
- *Títulos mantidos até o vencimento*: são aqueles adquiridos quando a intenção da administração, tendo em vista a capacidade financeira da Entidade, é de manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, até a data do balanço.


As aplicações em quotas de fundos de investimentos estão avaliadas e apresentadas pelo valor das quotas desses fundos, na data do balanço.

C.2. Renda variável

As aplicações em renda variável estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustadas ao valor de mercado, com base na cotação de fechamento das últimas transações ocorridas em Bolsa de Valores. A variação decorrente desse ajuste é consignada no resultado do exercício.

As ações que não tenham sido negociadas em Bolsa de Valores ou em Mercado de Balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo custo ou pelo último valor patrimonial publicado, dos dois o menor.


Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizadas como receita, a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MS-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



C.3. Provisão para perdas ou Crédito de Liquidação Duvidosa

Na constituição de provisão para perda são observados os critérios estabelecidos na Instrução SPC n. 34, de 24 de setembro de 2009, alterada posteriormente pelas Instruções Previc n. 05, de 08 de dezembro de 2011; n. 15, de 12 de novembro de 2014 e n. 21, de 23 de março de 2015. A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo "A" da citada Instrução.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foram adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias ou análise de risco de crédito.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, decorrentes de contribuições previdenciais em atraso, incide somente sobre o valor das parcelas vencidas.

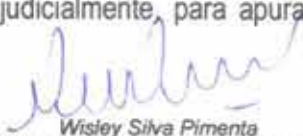
C.4. PDD - Provisão Devedores Duvidosos - CCI Stiebler da SPE S&G EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Em atendimento à Instrução SPC n. 34, de 24 de setembro de 2009, anexo A, item 11, a Eletra apropriou, em 2015 e 2016, o valor de R\$ 10.450.848,83 (dez milhões, quatrocentos e cinquenta mil, oitocentos e quarenta e oito reais e oitenta e três centavos) no Plano Celgprev, em Provisão para Devedores Duvidosos - PDD dos investimentos realizados em maio de 2011, representando 100% (cem por cento) dos investimentos no referido ativo.

A Eletra, juntamente com os demais investidores nas CCIs da empresa Stiebler Ltda., está em processo judicial de execução das garantias oferecidas na referida operação, os quais irão a leilão para ressarcimento dos valores investidos. Após apuração destes valores, se por ventura não cobrirem o prejuízo registrado, a entidade adotará as providências cabíveis, inclusive judicialmente, para apuração de possíveis responsabilidades dos envolvidos na operação.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-ISO 042420
CPF n. 532.110.496-49



C.5. PDD - Provisão Devedores Duvidosos - CCI Cesto Participações S/A

Em atendimento à Instrução SPC n. 34, de 24 de setembro de 2009, anexo A, item 11, a Eletra, apropriou, em 2016, o valor de R\$ 1.357.714,84 (um milhão, trezentos e cinquenta e sete mil, setecentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos) no Plano Eletra 1 e, de R\$ 8.765.144,11 (oito milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, cento e quarenta e quatro reais e onze centavos), no Plano Celgprev, em Provisão para Devedores Duvidosos - PDD dos investimentos realizados em novembro de 2011, representando 100% (cem por cento) dos investimentos no referido ativo.

Em 11 de novembro de 2016, a Eletra assinou o terceiro aditivo de repactuação das condições do investimento, proporcionando o recebimento no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a título de antecipação de amortização do referido ativo, relativo às aplicações feitas no Plano Eletra 1. O referido aditivo prevê que a totalidade dos valores devidos à Eletra serão pagos pelo emissor, até o mês de dezembro/2020.

Em 23 de maio de 2017, o emissor quitou a dívida referente ao Plano Eletra 1, com o pagamento do valor remanescente de R\$ 634.253,57 (seiscentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos). Com isso, houve a reversão automática dos valores das provisões para o referido Plano. Durante o ano de 2017, o emissor realizou o pagamento no montante total de R\$ 1.656.654,47 (um milhão, seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) no Plano Eletra 1. Já no Plano Celgprev, durante o ano de 2017, houve o pagamento, por parte do emissor, no valor total de R\$ 1.026.500,41 (um milhão, vinte e seis mil, quinhentos reais e quarenta e um centavos). Desde o início das negociações feitas por esta gestão, as quais iniciaram em meados de 2014, a Eletra já recebeu da SPE Cesto S/A, o valor total de R\$ 4.088.980,87 (quatro milhões, oitenta e oito mil, novecentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos).

D. Operações com os Patrocinadores

As operações com patrocinadores estão atualizadas até a data do balanço, conforme cláusulas contratuais e regulamentares.

E. Investimentos Imobiliários


Reconhecidos, inicialmente, pelo custo de aquisição ou construção, incluindo honorários, taxas, emolumentos e demais encargos incidentes sobre a operação.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



O valor justo dos investimentos imobiliários é obtido por meio de laudos de avaliação, determinado por empresa ou profissional legalmente habilitado.

A depreciação, exceto terrenos e imóveis em construção, é calculada à taxa linear, de acordo com o período de vida útil determinada em laudo de avaliação.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos imobiliários (valores a receber) é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo à legislação em vigor.

F. Operações com Participantes

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes ativos e assistidos. Os recursos destinados às modalidades de empréstimos pessoais poderão comprometer, de acordo com o estipulado pela Resolução CMN n. 3792/2009, até 15% (quinze por cento) dos recursos garantidores das reservas técnicas dos Planos Celgprev e Eletra 1, respectivamente, sendo que as Políticas de Investimentos dos mesmos estipulam que o limite alvo para alocação, neste segmento de aplicação, será de 6% (seis por cento) no Plano Celgprev e de 2% (dois por cento) no Plano Eletra 1.

A taxa de juros que incidirá sobre o valor dos empréstimos será sempre definida por meio de Resolução emitida pela Diretoria Executiva da ELETRA, obedecendo, quanto aos empréstimos já concedidos, o ato jurídico perfeito.

É descontada sobre o valor total do empréstimo concedido uma taxa equivalente a 1,0% (um por cento), correspondente à taxa de administração, além do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

As taxas para concessão de empréstimos em 2017, bem como o percentual destinado à formação de um fundo para liquidação de empréstimos, em caso de morte de devedor, foram assim definidas:


- Operações de empréstimos, na modalidade pós-fixada, são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescidas de juros de 0,565% (quinhentos e sessenta e cinco milésimos por cento) ao mês.
- Já as operações de empréstimos, na modalidade pré-fixada, são atualizadas pela taxa de juros de 1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento) ao mês.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente


CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



REGRAS NAS CONCESSÕES DE EMPRÉSTIMO NA ELETRA - 20/09/2017

CARACTERÍSTICAS	Pré-Fixado	Pós-Fixado
	Regra	Regra
Número de Parcelas	Máximo 60 parcelas	Máximo 120 parcelas
Valor Máximo do Empréstimo * (Participante Ativo)	120% da Reserva de Poupança Líquida	120% da Reserva de Poupança Líquida
Valor Máximo do Empréstimo * (Participante Assolado)	10X Benefício	10X Benefício
Taxa de Seguro (% sobre o valor emprestado)	01 - 36 parcelas → 0,00% 37 - 48 parcelas → 0,25% 49 - 60 parcelas → 0,60%	01 - 36 parcelas → 0,00% 37 - 48 parcelas → 0,25% 49 - 60 parcelas → 0,65% 61 - 72 parcelas → 0,90% 73 - 120 parcelas → 1,00%
Taxa de Administração (% sobre o valor emprestado)	1,00%	1,00%
Taxa de Juros Anual	Taxa de Juros da Carteira de Empréstimo 14,03% ao ano	Taxa de Juros da Carteira de Empréstimo INPC + 7,0% ao ano
Taxa de Juros Mês	1,10% ao mês	INPC + 0,5654 ao mês
Sistema de Amortização	SAC	SAC
Carteira	Para os participantes ativos, é exigido o prazo de 01 (um) ano de contribuição ao plano Colgivre	Para os participantes ativos, é exigido o prazo de 01 (um) ano de contribuição ao plano Colgivre

* Margem de consignação = 30% da Remuneração/Benefício

G. Ativo Permanente - Gestão Administrativa

Avaliado pelo custo de aquisição, considera como depreciação aquela calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, sendo 10% (dez por cento) para móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e 20% (vinte por cento) para veículos, computadores e periféricos.

A Entidade entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico, deduzido da depreciação utilizada atualmente, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

As contas do passivo destacam as gestões executadas em operacional e contingencial, conforme demonstrado em seguida.

H. Exigível operacional

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes e obrigações fiscais.

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49

Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04

Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68

Walace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



H.1. Gestão Previdencial

Constitui-se de obrigações relativas à folha de pagamentos de benefícios previdenciários dos participantes em gozo de benefícios, tributos pertinentes, compromissos com terceiros e outros.

H.2. Gestão Administrativa

Constitui-se de obrigações relativas à gestão administrativa, tais como folha de pagamento de empregados e seus encargos, dívidas decorrentes da prestação de serviços nas áreas contábil, atuarial, financeira, jurídica, tributos e outros.

H.3. Investimentos

São obrigações relativas às aplicações de recursos, tais como taxas de custódia, encargos bancários, tributos, liquidações de operação e outros.

I. Exigível contingencial

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R1). Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes também consideram premissas definidas pela administração da ELETRA, embasadas na avaliação de seus assessores jurídicos.

J. Patrimônio Social

Classificados, segundo sua expressão qualitativa, em:

I – Patrimônio de cobertura do plano:

- (a) Provisões Matemáticas são valores relativos aos compromissos com participantes, assistidos e beneficiários, segregados em provisões matemáticas de benefícios concedidos, provisões matemáticas de benefícios a conceder e provisões matemáticas a constituir.

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas de duas formas: por saldos de cotas e estimativas atuariais. Seus cálculos são elaborados, respectivamente, pelo atuário externo, Daniel Pereira da Silva - MIBA 1146, da empresa Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial Ltda.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Safomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Estas provisões definem, ao fim de cada período, os compromissos para pagamentos de benefícios futuros aos participantes e seus beneficiários.

(b) Equilíbrio Técnico é o resultado apurado, o *superávit* técnico ou o *déficit* técnico.

II – Fundos: são valores constituídos com finalidades específicas, de acordo com sua origem previdencial, administrativa e de investimentos.

K. Receitas Administrativas

Atendendo à determinação legal contida na Resolução CNPC n. 8, de 31 de outubro de 2011, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais, em conformidade com o plano de custeio vigente.

L. Operações Administrativas

Em janeiro de 2010, a ELETRA implantou o novo Plano de Gestão Administrativa, denominado PGA, em conformidade com as Resoluções CGPC ns. 28, de 26 de janeiro de 2009 e 29, de 31 de agosto de 2009. Os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio, segregado dos planos de benefícios previdenciais.

A ELETRA adotou a gestão segregada dos recursos administrativos do PGA, significando que a destinação de sobras das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, a remuneração dos recursos, bem como a utilização do fundo administrativo serão individualizados por plano de benefícios previdenciais, administrado pela Entidade. Desta forma, o Fundo Administrativo foi contabilizado e controlado, em separado, por plano de benefícios, demonstrando suas variações e montantes individuais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



As fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas da ELETRA e dos planos por ela geridos poderão ser as seguintes:

- I - Contribuições dos participantes e assistidos definidas no plano de custeio anual;
- II - Contribuições dos patrocinadores definidas no plano de custeio anual;
- III - Reembolso dos patrocinadores, caso ocorra;
- IV - Resultado dos investimentos;
- V - Receitas Administrativas;
- VI - Fundo Administrativo;
- VII - Dotação Inicial;
- VIII - Doações; e
- IX - Taxa de Administração de empréstimos e financiamentos aos participantes.

As fontes de custeio de cada plano de benefícios gerido pela ELETRA foram definidas pelo Conselho Deliberativo da ELETRA e incluídas no orçamento anual, podendo constar, ainda, no plano anual de custeio definido atuarialmente, respeitando os limites estabelecidos pela legislação vigente.

O limite do custeio administrativo advindo dos planos de benefícios da ELETRA será de 1% (um por cento), incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios, no último dia do exercício a que se referir.

M. Do Critério de Rateio das Despesas Administrativas

As despesas administrativas específicas serão alocadas, exclusiva e diretamente, nos planos de benefícios que as originaram, sem nenhuma forma de rateio.

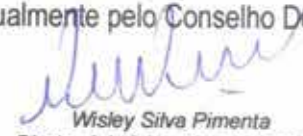
As despesas administrativas comuns foram distribuídas nos planos de benefícios por meio de rateio, utilizando como critério a proporcionalidade da arrecadação de cada plano de benefícios, definida no plano de custeio atuarial.

N. Da Política e Remuneração dos Investimentos do PGA

Os recursos líquidos do PGA foram aplicados, de acordo com a legislação vigente e com a política de investimentos, aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo da ELETRA.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Walace Rodrigues Felipe
Controlador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49

38/62



O. Da Movimentação dos Recursos do PGA

O patrimônio do PGA é constituído por sobras de custeio administrativo, adicionado ao rendimento auferido na carteira de investimentos. Seu objetivo será a cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pela ELETRA na administração dos planos de benefícios, na forma dos seus regulamentos.

Em reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2017, amparada em parecer atuarial emitido pelo Sr. Daniel Pereira da Silva, mediante aprovação do Conselho Deliberativo, a Diretoria da ELETRA ficou autorizada, no decorrer do ano de 2018, a efetuar reversão parcial do Fundo Coletivo de Desligamento do montante de até R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), para fins de registro de recomposição do fundo administrativo do PGA do Plano Celgprev. No referido estudo, elaborado pelo atuário responsável pelos planos administrados pela entidade, foram consideradas as metodologias técnicas, hipóteses e premissas atuariais, bem como os dados e informações prestadas pela ELETRA, pertinentes às projeções orçamentárias e Ajustes de Precificação de Ativos, a destinação extraordinária, parcial e pontual do valor acima supra citado do Fundo Coletivo por Desligamento para o Fundo Administrativo do Plano Celgprev, sendo concluído pelo mesmo que a transferência de tais recursos não oferece impacto à solvência atuarial do Plano, sendo tal mecanismo previsto em dispositivos regulamentares, devidamente aprovados pelo Órgão Fiscalizador.

P. Fundos de Investimentos

Constitui a reserva para garantia de liquidação de empréstimos e para cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Contemplam os numerários em caixa, o saldo em bancos e os investimentos de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados ao custo, acrescidos das remunerações contratadas e reconhecidas, proporcionalmente, até a data das demonstrações contábeis.

	2017	2016
<u>Disponível</u>	<u>401</u>	<u>144</u>
Caixa	1	1
Bancos Conta Movimento	400	143


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente
CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios
CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49




5. REALIZÁVEL

A. Realizável Da Gestão Previdencial

Este grupo contempla o registro das contribuições a receber das patrocinadoras e dos participantes, do mês e em atraso, bem como as contribuições sobre o abono anual de 13º salário das patrocinadoras e dos participantes e as contribuições contratadas.

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são apresentados a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
GESTÃO PREVIDENCIAL		
RECURSOS A RECEBER		
CONTRIBUIÇÕES NO MÊS	<u>1.677</u>	<u>4.199</u>
PATROCINADOR	838	2.096
PARTICIPANTES	838	2.103
CONTRIBUIÇÕES SOBRE 13º SALÁRIO	<u>1.565</u>	<u>2.775</u>
PATROCINADOR	781	1.386
PARTICIPANTES	784	1.389
CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS	<u>90.591</u>	<u>118.669</u>
SERVIÇO PASSADO CONTRATADO	3.277	4.293
OUTRAS CONTRATAÇÕES	87.314	114.376
DEPÓSITOS JUDICIAIS RECURSAIS	<u>86</u>	<u>225</u>
	<u>93.918</u>	<u>125.868</u>


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



As operações contratadas com patrocinadores, sua distribuição e garantias:

Operações Contratadas - Dívida das Patrocinadoras				
Nomenclaturas	Descrições		Descrições	
Plano	Celgprev		Celgprev	
	2017	2016	2017	2016
Tipo de Operação	Outras Contratações	Outras Contratações	Outras Contratações	Outras Contratações
Patrocinadoras	Celg D	Celg D	Celg GT	Celg GT
Nº do Contrato	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527
Valor Contratado	158.812.757,89	158.812.757,89	6.358.087,60	6.358.087,60
Prazo de Amortização	240 meses	240 meses	240 meses	240 meses
Valor da Parcela	2.698.730,40	2.647.247,57	108.043,99	105.982,97
Data Início	31/08/2000	31/08/2000	31/08/2000	31/08/2000
Data Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020
Taxa de Juros	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Índice de Correção	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.
Juros/Multas	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%
Saldo em Dia	80.178.720,96	105.131.494,07	3.209.964,60	4.102.968,96
Saldo Devedor	80.178.720,96	105.131.494,07	3.209.964,60	4.102.968,96


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente
CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios
CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA


Operações Contratadas - Dívida das Patrocinadoras				
Nomenclaturas	Descrições		Descrições	
Plano	Eletra01		Eletra01	
	2017	2016	2017	2016
Tipo de Operação	Serviço Passado Contratado	Serviço Passado Contratado	Serviço Passado Contratado	Serviço Passado Contratado
Patrocinadoras	Celg D	Celg D	Celg GT	Celg GT
Nº do Contrato	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527
Valor Contratado	6.240.797,92	6.240.797,92	249.851,09	249.851,09
Prazo de Amortização	240 meses	240 meses	240 meses	240 meses
Valor da Parcela	106.050,87	104.027,77	4.245,76	4.164,76
Data Início	31/08/2000	31/08/2000	31/08/2000	31/08/2000
Data Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020
Taxa de Juros	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Índice de Correção	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.
Juros/Multas	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%
Saldo em Dia	3.150.749,36	4.131.307,96	126.140,62	161.232,64
Saldo Devedor	3.150.749,36	4.131.307,96	126.140,62	161.232,64


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Operações Contratadas - Dívida das Patrocinadoras				
Nomenclaturas	Descrições		Descrições	
Plano	Eletra 1		Eletra 1	
	2017	2016	2017	2016
Tipo de Operação	Outras Contratações	Outras Contratações	Outras Contratações	Outras Contratações
Patrocinadoras	Celg D	Celg D	Celg GT	Celg GT
Nº do Contrato	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527	SPJU 1527
Valor Contratado	7.475.241,44	7.475.241,44	299.272,18	299.272,18
Prazo de Amortização	240 meses	240 meses	240 meses	240 meses
Valor da Parcela	127.027,96	124.604,69	5.085,58	4.988,56
Data Início	31/08/2000	31/08/2000	31/08/2000	31/08/2000
Data Vencimento	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020	31/07/2020
Taxa de Juros	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.	6% a.a.
Índice de Correção	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.	INPC a.m.
Juros/Multas	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%	1% a.m. 2%
Saldo em Dia	3.773.974,49	4.948.489,73	151.091,52	193.124,81
Saldo Devedor	3.773.974,49	4.948.489,73	151.091,52	193.124,81

Luiz Humberto Urzêdo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49

Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04

Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68

Walace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



B. Realizável Da Gestão Administrativa (PGA)

Está demonstrada por valores a receber dos planos de benefícios previdenciários, referentes aos repasses de custeio administrativo do mês e em atraso, mais adiantamentos a empregados e terceiros:


	<u>2017</u>	<u>2016</u>
GESTÃO ADMINISTRATIVA		
CONTAS A RECEBER		
CONTRIBUIÇÕES PARA CUSTEIO	<u>363</u>	<u>714</u>
PATROCINADOR	182	355
PARTICIPANTES	182	359
RESPONSABILIDADES DE EMPREGADOS	<u>11</u>	<u>3</u>
ADIANTAMENTOS	11	3
DESPESAS ANTECIPADAS	-	<u>17</u>
DEPÓSITOS JUDICIAIS RECURSAIS	<u>2.081</u>	<u>1.892</u>
	<u>2.455</u>	<u>2.626</u>


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68



Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49

**C. Realizável Dos Investimentos (Planos Previdenciais e PGA):**

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentados a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
INVESTIMENTOS		
TÍTULOS PÚBLICOS	208.054	201.323
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	208.054	201.323
NOTAS DO TESOIRO NACIONAL	205.484	199.432
CRÉDITOS SECURITIZADOS DO TESOIRO NACIONAL	2.570	1.891
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	63.719	58.135
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	42.825	35.965
COMPANHIAS FECHADAS	13.248	13.084
COMPANHIAS ABERTAS	7.646	9.086
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	367.419	400.073
RENDA FIXA	220.024	276.920
AÇÕES	646.346	27.290
MULTIMERCADO	10.210	9.027
ÍNDICE DE MERCADO	849	720
DIREITOS CREDITÓRIOS	16.709	25.148
EMPRESAS EMERGENTES	2.590	2.625
PARTICIPAÇÕES	29.497	35.860
IMOBILIÁRIO	23.195	22.483
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	5.150	6.221
ALUGUÉIS E RENDA - USO PRÓPRIO	5.150	6.221
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	18.251	31.022
EMPRÉSTIMOS	18.251	31.022
EMPRÉSTIMOS NORMAIS	18.251	31.022
Total dos Investimentos	<u>662.594</u>	<u>696.774</u>


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Controlador

CRC/MG-GQ 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

TÍTULOS DE RENDA FIXA - ELETRA EM 31/12/2017 E 31/12/2016				
Títulos para Negociação	2017		2016	
	Custo Histórico de Aquisição	Valor de Mercado	Custo Histórico de Aquisição	Valor de Mercado
Carteira Própria				
CDB	11.472	42.825	11.472	35.964
CVS - TESOURE NACIONAL	1.711	2.570	1.899	1.890
DEBÊNTURES	12.100	18.097	14.969	19.295
CRI - CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS	2.114	2.797	2.264	2.874
TOTAL CARTEIRA PRÓPRIA	27.397	66.289	30.604	60.023
Administradores Externos				
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	212.567	236.732	263.692	302.069
TOTAL ADM. EXTERNOS	212.567	236.732	263.692	302.069
TOTAL TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	239.964	303.021	294.296	362.092
Títulos Mantidos até o Vencimento				
	2017		2016	
	Custo Histórico de Aquisição	Valor pela Curva do Papel	Custo Histórico de Aquisição	Valor pela Curva do Papel
Carteira Própria				
CCI	-	-	971	2
NTN-B	149.118	205.484	149.118	199.432
TOTAL CARTEIRA PRÓPRIA	149.118	205.484	150.089	199.434
TOTAL TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	149.118	205.484	150.089	199.434
Renda Fixa	389.082	508.505	444.385	561.526
Total de Títulos Mantidos até o Vencimento	149.118	205.484	150.089	199.434
Total de Títulos para Negociação	239.964	303.021	294.296	362.092
	2017		2016	
	Para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Para Negociação	Mantidos até o Vencimento
Até 60 dias (Fundos de Investimentos)	276.191	-	276.920	-
De 61 a 180 dias	-	-	-	-
De 181 a 360 dias	-	-	-	-
Acima de 360 dias	26.830	205.484	85.172	199.434
	303.021	205.484	362.092	199.434
		508.505		561.526


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49




SEGMENTO DE APLICAÇÃO PLANO CELGPREV	LIMITES PARA ALOCAÇÃO		
	% ALOCAÇÃO ELETRA	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS ELETRA	RESOLUÇÃO CMN N. 3.792/09
DISPONÍVEL	0,01%		
RENTA FIXA	79,98%	30% a 90%	0% a 100%
RENTA VARIÁVEL	10,90%	5% a 25%	0% a 70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	10,34%	10% a 20%	0% a 20%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	0,88%	0,5% a 1,5%	0% a 8%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2,89%	3% a 15%	0% a 15%
TOTAL	100,00%		

SEGMENTO DE APLICAÇÃO PLANO ELETRA1	LIMITES PARA ALOCAÇÃO		
	% ALOCAÇÃO ELETRA	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS ELETRA	RESOLUÇÃO CMN N. 3.792/09
DISPONÍVEL	0,05%		
RENTA FIXA	89,50%	59% a 90%	0% a 100%
RENTA VARIÁVEL	1,87%	0% a 15%	0% a 70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	6,79%	4% a 20%	0% a 20%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1,79%	1% a 2,5%	0% a 15%
TOTAL	100,00%		


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-EO 042420
CPF n. 532.110.496-49



SEGMENTO DE APLICAÇÃO PGA	LIMITES PARA ALOCAÇÃO		
	% ALOCAÇÃO ELETRA	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS ELETRA	RESOLUÇÃO CMN 3.792/09
DISPONÍVEL	0,44%		
RENTA FIXA	99,56%	0% a 100%	0% a 100%
TOTAL	100,00%		

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução n. 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas Políticas Internas de Investimentos.

C.1. Investimentos Imobiliários

A composição do saldo dos investimentos imobiliários em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Imóvel de Uso Próprio	Taxa Anual de Depreciação	Custo Acumulado	Depreciações Acumuladas	Resultado da Avaliação Imóvel	Valor Líquido	
					2017	2016
Terreno	-	1.400	-	286	1.400	1.114
Construção	2%	3.650	(245)	(850)	3.650	4.745
Instalações	10%	100	(173)	(89)	100	362
TOTAL		5.150	(418)	(653)	5.150	6.221


Em dezembro de 2017, em atendimento à legislação vigente e, com base no laudo de avaliação emitido pela empresa MCX Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ sob o n. 17.280.575/0001-08, datado de 20/11/2017, foi efetuado o registro contábil do processo de reavaliação da carteira de imóveis da entidade, a qual resultou em um valor total de R\$5.150.000,00 (cinco milhões, cento e cinquenta mil reais), reduzindo o valor anterior registrado de R\$6.089.010,24 (seis milhões, oitenta e nove mil, dez reais e vinte e quatro centavos), ocasionando, assim, uma desvalorização negativa de (15,42%).

C.2. Ativo Contingente - Valores a Receber Expurgos OFND

A ELETRA, juntamente com outras entidades, por força do art. 7º do Decreto-Lei n. 2.288/86, foi obrigada a adquirir OFNDs (Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento), papéis estes que, a princípio, eram corrigidos pela variação da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional), acrescidos do juro de 6% a.a. (seis por cento ao ano).


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente
CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios
CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-OD 042420
CPF n. 532.110.496-49



A Lei n. 7.738/89 extinguiu a OTN (Obrigação do Tesouro Nacional) e elegeu o IPC (Índice de Preços ao Consumidor) como indexador para atualização monetária. O BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) decidiu, em junho/1990, que as OFNDs (Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento) deixariam de ser corrigidas pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e, por intermédio da Portaria n. 948/91, tentou impedir que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) recorressem ao Judiciário contra tal ato, bem como que utilizassem aqueles papéis como forma de pagamento no Programa Nacional de Desestatização.

Assim, a ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), na condição de substituta processual das suas associadas na referida ação, atacou aquele ato do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) e pleiteou as diferenças devidas, em decorrência da não aplicação do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) para corrigir as OFNDs (Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento), durante o período de abril de 1990 até fevereiro de 1991.

Importante registrar que já transitou em julgado a decisão que, dentre outros pontos, determinou "que as OFNDs adquiridas pelos filiados da ABRAPP, inclusive os que não participaram da assembleia geral que autorizou o ajuizamento da ação, sejam corrigidas pelo IPC de abril de 1990 a fevereiro de 1991, devendo esses valores resgatados serem monetariamente corrigidos, acrescidos dos juros legais contados da citação".

O referido processo encontra-se na fase em que os Autos foram suspensos e estão aguardando o julgamento do recurso de agravo de instrumento interposto pela ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) contra a decisão que suspendeu o andamento da ação ordinária até o julgamento da ação rescisória.

A ELETRA não possui registro contábil dos valores até o mérito da questão ser transitado em julgado, embora a assessoria jurídica avalie como provável a possibilidade de êxito na ação.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Walece Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49

**D. Permanente – Gestão Administrativa**

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Taxa anual de depreciação	Custo Acumulado	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido	
				2017	2016
Móveis e Utensílios	10%	149	97	52	62
Máquinas e Equipamentos	10%	136	71	65	77
Veículos	20%	54	47	7	18
Computadores e Periféricos	20%	293	209	85	98
Instalações	10%	18	7	10	12
		650	431	219	267

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Representa a provisão relativa à restituição das reservas de poupança dos participantes desligados dos Planos de Benefícios (que ainda não possuem condições de optar pelo saque de suas contribuições), retenções da folha de benefícios e cobertura administrativa do PGA para repasse no mês seguinte:

Exigível Operacional Gestão Previdencial	2017	2016
Provisões de Devoluções de Poupança	130	194
Retenções a Recolher	1.215	957
Outras Exigibilidades	367	714
Cobertura Adm. PGA – Mês	367	714
	1.712	1.865

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa as obrigações da Fundação com despesas no mês de dezembro de 2017, relativas à folha de pagamentos, encargos sociais, tributos e fornecedores de materiais, plano de saúde e serviços, vencíveis no exercício seguinte:

Exigível Operacional Gestão Administrativa	2017	2016
Despesas com Pessoal	268	261
Encargos Sociais	76	114
Prestadores de Serviços	101	42
Retenções a Recolher	111	129
	556	545

Luiz Humberto Urzeño de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49

Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04

Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68

Walace Rodrigues Felipe
Controlador
CRC/MG GO 042420
CPF n. 532.110.496-49

**8. EXIGÍVEL OPERACIONAL - INVESTIMENTOS**

Representa as obrigações da Entidade em relação ao IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), incidentes nas concessões de empréstimos a participantes.


	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Exigível Operacional		
Investimentos		
IOF a Recolher de Empréstimos	<u>64</u>	<u>6</u>
	<u>64</u>	<u>6</u>

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL


Registra o montante das provisões, em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a ELETRA. É atualizado por meio das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos.

Consolidado

	<u>Saldo</u> <u>Provisão</u> <u>2017</u>	<u>Movimentação</u> <u>2017</u>	<u>Saldo</u> <u>Provisão</u> <u>2016</u>
PREVIDENCIAIS	6.665	802	5.863
Expurgos Inflacionários e Benefícios Previdenciais	6.665	802	5.863
ADMINISTRATIVAS	2.147	255	1.892
PIS e COFINS	2.082	190	1.892
Trabalhista	65	65	-
	<u>8.812</u>	<u>1.057</u>	<u>7.755</u>


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-SO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Plano Celgprev

	<u>Saldo</u> <u>Provisão</u> <u>2017</u>	<u>Movimentação</u> <u>2017</u>	<u>Saldo</u> <u>Provisão</u> <u>2016</u>
PREVIDENCIAIS	5.994	740	5.254
Expurgos Inflacionários e Benefícios Previdenciais	5.994	740	5.254
	5.994	740	5.254

Plano Eletra1

	<u>Saldo</u> <u>Provisão</u> <u>2017</u>	<u>Movimentação</u> <u>2017</u>	<u>Saldo</u> <u>Provisão</u> <u>2016</u>
PREVIDENCIAIS	671	62	609
Expurgos Inflacionários e Benefícios Previdenciais	671	62	609
	671	62	609

PGA

	<u>Saldo</u> <u>Provisão</u> <u>2017</u>	<u>Movimentação</u> <u>2017</u>	<u>Saldo</u> <u>Provisão</u> <u>2016</u>
ADMINISTRATIVAS	2.082	190	1.892
PIS e COFINS	2.082	190	1.892
Trabalhista	65	65	-
	2.147	255	1.892

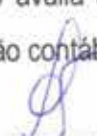
Na 8ª Vara Cível do Trabalho de Goiânia, autos n. 0010656.78.2014.5.18.0008, foi ajuizada contra a Eletra uma ação reclamatória trabalhista, que se encontra com a sentença ainda não proferida. Inicialmente, foi apresentado um laudo de perícia, por parte da reclamante, e a pedido do magistrado, o qual acatou solicitação da ELETRA, foi feita nova perícia, que está sendo analisada pelo mesmo. Nosso assessor jurídico avalia que o deslinde desta ação seja classificada como Possível Perda, havendo necessidade de realizar provisão contábil.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

Para tanto, foi efetuada em dezembro/17, a provisão para possível pagamento da referida ação no valor de R\$65.370,50 (sessenta e cinco mil, trezentos e setenta reais e cinquenta centavos).

10. EXIGÍVEL ATUARIAL

Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são obtidas mediante cálculos atuariais que objetivam mensurar os compromissos líquidos da Entidade, com relação a benefícios concedidos e a conceder, tendo como base o último dia do exercício.

Os referidos cálculos são de responsabilidade de atuário independente, devidamente regulamentado e são apresentados por plano de benefício.

A seguir, demonstramos os quadros da composição do exigível atuarial dos dois planos de benefícios, em 31 de dezembro de 2017:

VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - CELGPREV (EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	672.976	740.212	(9,08%)
1. Provisões Matemáticas	660.369	732.842	(9,89%)
1.1. Benefícios Concedidos	460.791	348.801	32,11%
Benefício Definido	460.791	348.801	32,11%
1.2. Benefício a Conceder	199.593	384.071	(48,03%)
Contribuição Definida	195.928	382.268	(48,75%)
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	99.607	198.879	(49,92%)
Saldo de Contas - Parcela Participantes	96.321	183.389	(48,48%)
Benefício Definido	3.665	1.803	103,26%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(15)	(30)	(49,72%)
(-) Serviço Passado	(15)	(30)	(49,72%)
(-) Participantes	(15)	(30)	(49,72%)
2. Equilíbrio Técnico	(20.165)	(17.382)	16,01%
2.1. Resultados Realizados	(20.165)	(17.382)	16,01%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(20.165)	(17.382)	16,01%
3. Fundos	25.333	17.998	40,75%
3.1. Fundos Previdenciais	24.257	16.796	44,42%
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.076	1.202	(10,48%)
4. Exigível Operacional	1.445	1.500	(3,66%)
4.1. Gestão Previdencial	1.395	1.494	(6,63%)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	50	6	737,47%
5. Exigível Contingencial	5.994	5.254	14,09%
5.1. Gestão Previdencial	5.994	5.254	14,09%

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49

Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04

Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68

Walace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



VII - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - ELETRA1

(EM R\$ MIL)

Descrição	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	79.188	78.382	1,03%
1. Provisões Matemáticas	81.152	79.751	1,76%
1.1. Benefícios Concedidos	81.152	79.751	1,76%
Benefício Definido	81.152	79.751	1,76%
2. Equilíbrio Técnico	(3.109)	(2.510)	23,88%
2.1. Resultados Realizados	(3.109)	(2.510)	23,88%
(-) Déficit Técnico Acumulado	(3.109)	(2.510)	23,88%
3. Fundos	142	162	(12,57%)
3.2. Fundo dos Investimentos - Gestão Previdencial	142	162	(12,57%)
4. Exigível Operacional	332	371	(10,60%)
4.1. Gestão Previdencial	332	371	(10,60%)
5. Exigível Contingencial	672	608	10,48%
5.1. Gestão Previdencial	672	608	10,48%



Luiz Humberto Uzede de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49



Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04



Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68



Wallace Rodrigues Felipe
Controlador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos planos de benefícios administrados pela Eletra.

A Eletra efetuou, em 2017, por meio de Atuário, a revisão das premissas atuariais e adequação às características da massa populacional (participantes e assistidos) e aos dispositivos regulamentares dos planos de benefícios, propiciando, assim, maior segurança ao mitigar o risco atuarial, conforme determinação contida na Resolução MPS/CGPC n. 18, de 28 de março de 2006. A referida revisão das premissas, além das recomendações feitas pelo Atuário, levaram, também, em consideração, os seguintes pontos:


- a) A redução da massa de participantes do Plano Celgprev, em função do PAE (Plano de Aposentadoria Espontânea) e dos PDVs (Programas de Demissão Voluntária) promovidos pela principal patrocinadora da entidade, qual seja, CELG D - Celg Distribuição S/A, durante o exercício de 2017, após a privatização da mesma e, conseqüentemente, a transferência do controle acionário para a empresa Enel Brasil S/A, e
- b) A conseqüente redução do patrimônio do Plano de Contribuição Variável – CV (Celgprev), neste exercício, devido aos pagamentos efetuados, a título de resgates de poupança aos participantes que se desligaram desse Plano, no citado período, os quais totalizaram, o valor de R\$121 MM (cento e vinte e um milhões de reais).

As alterações recomendadas pelo atuário foram submetidas à aprovação do Conselho Deliberativo, em reunião extraordinária realizada na sede da Eletra, em 15 de dezembro de 2017, quando foram aprovadas por unanimidade. As mesmas estão demonstradas nos quadros abaixo.

As principais premissas adotadas nos cálculos atuariais foram:

**PLANO BD ELETRA 01
CNPB 1980.0023-47**


Hipóteses	Avaliação 2016	Avaliação 2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M Basic	AT-2000 M Basic
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 M e F	IAPB
Tábua de Entrada em Invalidez	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa Real de Juros	5,65%	5,55%
Crescimento Real de Salários	Não Aplicável	Não Aplicável
Fator de Capacidade de Salários e Benefícios	0,9695 (Benefícios)	0,9816 (Benefícios)
Taxa de Rotatividade	Não Aplicável	Não Aplicável
Composição Familiar	Real	Real


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49

PLANO CELGPREV
CNPB 2000.0069-65

Hipóteses	Avaliação 2016	Avaliação 2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M Suaviz. 10%	AT-2000 M Suaviz. 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 M e F	MI-85 M e F
Tábua de Entrada em Invalidez	Taxa Suaviz. 50%	Taxa Suaviz. 50%
Taxa Real de Juros	5,63%	5,45%
Crescimento Real de Salários	1,00%	2,52%
Fator de Capacidade de Salários e Benefícios	0,9695	0,9816
Taxa de Rotatividade	1,60%	3,00%
Composição Familiar	Ativos Hipotética Aposentados Real	Ativos Hipotética Aposentados Real

11. RESULTADOS REALIZADOS - SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO E RENTABILIDADES

A rentabilidade da ELETRA alcançou, no exercício de 2017, os seguintes percentuais:

Rentabilidade dos Investimentos			Rentabilidade dos Investimentos + Dívida da Patrocinadora		
	2017	2016		2017	2016
Plano Eletra1 BD	10,76%	8,44%	Plano Eletra1 BD	10,46%	9,20%
Plano Celgprev CV	10,63%	9,77%	Plano Celgprev CV	10,30%	10,66%
Plano de Gestão Administrativa PGA	13,48%	18,00%	Plano de Gestão Administrativa PGA	13,48%	18,00%
Planos Consolidado	10,79%	9,83%	Planos Consolidado	10,45%	10,53%
Meta Atuarial	7,82%	12,59%	Meta Atuarial	7,82%	12,59%
INPC	2,07%	6,58%	INPC	2,07%	6,58%

Quanto à situação atuarial do plano, com base no balanço contábil, encerrado em 31/12/2017, do Ativo Total de R\$759.588 mil, quando subtraído o Exigível Operacional e Contingencial, que totaliza a importância de R\$11.145 mil, resulta no Ativo Líquido Previdencial de R\$ 748.443 mil.


Assim, a rentabilidade no exercício de 2017 foi positiva, quando comparada com a meta atuarial. O Ativo Líquido de R\$ 748.442 mil não é suficiente para cobrir o Exigível Atuarial, no valor de R\$ 741.520 mil, mais os Fundos no valor de R\$ 30.196 mil, gerando um déficit técnico de R\$ 23.274 mil.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente


CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Walace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Os resultados da avaliação atuarial são extremamente sensíveis às modificações futuras nas experiências observadas como crescimento salarial, rotatividade, capacidade de benefícios salarial, mortalidade, invalidez e benefícios do Regime Geral de Previdência Social, que implicarão em variações substanciais nos resultados atuariais.

COMPARATIVO EVOLUÇÃO DÉFICIT TÉCNICO

Planos	Déficit Técnico Acumulado no Exercício Atual	Déficit Técnico Acumulado no Exercício Anterior
	2017	2016
Plano Celgprev (CV)	(20.165)	(17.382)
Plano Eletra1 (BD)	(3.109)	(2.510)
Consolidado	(23.274)	(19.892)

a) – RESULTADOS AJUSTADOS – (EQUILIBRIO TÉCNICO)

Em consonância com a Instrução Previc n. 19, de 04 de fevereiro de 2015, e ainda da Portaria Previc n. 30, de 20 de janeiro de 2016 (ajuste de precificação), sem prejuízo de capacidade financeira e liquidez dos Planos Celgprev e Eletra1, os déficits técnicos apurados no exercício de 2017, encontram-se devidamente equilibrados. O ajuste de precificação é apurado, no máximo, em periodicidade anual, e corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses mesmos títulos. Seguem, abaixo, os demonstrativos do ajuste de precificação por plano:

Plano Celgprev

Descrição	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	Varição (%)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(20.165)	(17.382)	16,01%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	11.235	8.690	29,29%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(8.930)	(8.692)	2,74%

QUANTIDADE E MONTANTE DE TÍTULOS PÚBLICOS POR FAIXAS DE VENCIMENTO

DATA DE VENCIMENTO	QUANTIDADE	31/12/2017
15/05/2019	795	2.428
15/05/2021	850	2.579
15/05/2023	36.350	107.573
15/08/2026	350	1.067
15/08/2030	2.000	5.916
15/05/2035	450	1.362
15/08/2040	1.850	5.616
15/08/2050	18.500	57.563

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49

Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04

Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68

Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG- GO 042420
CPF n. 532.130.496-49



ELETRA - FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

PLANO CELGPREV
TÍTULOS PÚBLICOS UTILIZADOS PARA AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO

TÍTULOS	DATA APLICAÇÃO	VENCIMENTO	TAXA AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR (R\$) 31/12/2017	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	04/06/2014	15/08/2050	6,159000	800	1.946	2.436	252
NTN-B	03/07/2014	15/08/2050	6,140000	1.000	2.460	3.051	307
NTN-B	30/07/2014	15/08/2040	5,960000	1.000	2.537	3.125	196
NTN-B	30/07/2014	15/08/2050	5,980000	5.000	12.664	15.605	1.201
NTN-B	13/08/2014	15/08/2050	6,059000	2.000	5.019	6.172	547
NTN-B	15/01/2014	15/08/2030	6,5998000	2.000	4.577	5.915	595
NTN-B	22/10/2014	15/08/2050	5,980000	2.000	5.034	6.240	480
NTN-B	03/12/2014	15/05/2023	5,940000	1.150	2.890	3.504	77
NTN-B	03/12/2014	15/05/2019	5,859000	795	2.000	2.428	13
NTN-B	12/03/2014	15/08/2050	6,800000	1.200	2.585	3.359	672
NTN-B	09/04/2014	15/08/2040	6,510000	850	1.942	2.490	331
NTN-B	15/01/2015	15/05/2023	5,930000	3.100	7.921	9.522	202
NTN-B	11/02/2015	15/05/2023	6,200000	2.700	6.892	8.196	273
NTN-B	11/03/2015	15/05/2023	6,480000	1.550	3.954	4.649	214
NTN-B	25/03/2015	15/05/2023	6,360000	1.500	3.888	4.522	183
NTN-B	23/04/2015	15/05/2023	6,330000	2.600	6.854	7.849	308
NTN-B	06/05/2015	15/05/2023	6,410000	1.900	5.011	5.717	245
NTN-B	03/06/2015	15/05/2023	6,280000	1.900	4.952	5.742	213
NTN-B	15/07/2015	15/05/2023	6,459000	1.900	4.994	5.703	256
NTN-B	12/08/2015	15/05/2023	7,180000	1.950	4.968	5.675	443
NTN-B	26/08/2015	15/05/2023	7,199000	2.000	5.111	5.815	459
NTN-B	07/10/2015	15/05/2023	7,230000	2.700	6.986	7.842	630
NTN-B	21/10/2015	15/05/2023	7,500900	2.000	5.121	5.739	534
NTN-B	04/11/2015	15/05/2023	7,429000	2.000	5.173	5.757	516
NTN-B	18/11/2015	15/05/2023	7,179000	2.750	7.037	8.000	624
NTN-B	02/12/2015	15/05/2023	7,479000	1.950	4.942	5.598	515
NTN-B	16/12/2015	15/05/2023	7,519000	2.700	6.884	7.742	727
NTN-B	27/04/2016	15/05/2021	6,299000	850	2.470	2.579	64
NTN-B	27/04/2016	15/08/2026	6,299000	350	993	1.067	59
NTN-B	08/06/2016	15/05/2035	6,119000	450	1.292	1.362	99
VALOR TOTAL DO AJUSTE							11.235

Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49

Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04

Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68

Walace Rodrigues Felipe
Controlador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Plano Eletra1

Descrição	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016	Variação (%)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(3.109)	(2510)	23,88%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	1.035	996	3,92%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(2.074)	(1.514)	37,01%

QUANTIDADE E MONTANTE DE TÍTULOS PÚBLICOS POR FAIXAS DE VENCIMENTO		
DATA VENCIMENTO	QUANTIDADE	31/12/2017
15/05/2019	3.355	10.194
15/08/2030	400	1.171
15/08/2040	2.000	5.763
15/08/2050	1.500	4.253

PLANO ELETRA1

TÍTULOS	DATA APLICAÇÃO	VENCIMENTO	TAXA AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR INVESTIDO	VALOR (R\$) 31/12/2017	VALOR DO AJUSTE
NTN-B	03/12/2014	15/05/2019	5,850000	1.205,00	3.032	3.680	14
NTN-B	26/02/2014	15/08/2040	6,660000	2.000,00	4.406	5.763	798
NTN-B	12/03/2014	15/05/2030	6,729900	400,00	895	1.171	120
NTN-B	15/07/2015	15/05/2019	6,580000	1.200,00	3.179	3.646	47
NTN-B	12/08/2015	15/05/2019	7,130000	950,00	2.500	2.867	56
VALOR TOTAL DO AJUSTE							1.035

O controle e o acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objeto dos ajustes de precificação são atualizados, diariamente, pelo sistema de controle de investimentos (DriveAMnet), em conformidade com as informações e a metodologia de precificação da custódia (Itaú Unibanco).

12. FUNDOS

A. Fundos Previdenciais


A.1. Fundo Coletivo de Desligamento

Constituído pelas transferências dos saldos referentes às contribuições vertidas pelas Patrocinadoras, existentes nas contas dos Participantes que tiveram suas cotas prescritas ou que tenham obtido o resgate de suas cotas por motivo de cancelamento de inscrição.

Fundos Previdenciais	Saldo Acumulado 2017	Constituição/ Reversão 2017	Saldo Anterior 2016
Fundo Coletivo de Desligamento	24.257	7.461	16.796


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente
CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Filgueira
Diretor de Benefícios
CPF n. 213.186.621-68


Walace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-BO 042420
CPF n. 532.110.496-49



A.2. Fundo Administrativo

Constituído de valores resultantes da contribuição para Custeio Administrativo, deduzindo-se as despesas administrativas e sendo corrigido pela taxa de remuneração dos investimentos.

Fundos Administrativos	Saldo Acumulado	Constituição/ Reversão	Saldo Anterior
	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundo Administrativo – Celgprev	3.954	48	3.906
Fundo Administrativo – Eletra 1	<u>768</u>	<u>27</u>	<u>741</u>
Consolidado	<u>4.722</u>	<u>75</u>	<u>4.647</u>

A.3. Fundo de Investimentos

Constituído de valores resultantes da taxa de seguro e administração, incidentes sobre os valores dos empréstimos aos participantes, visando a cobertura de saldos em caso de morte.

Fundo de Investimentos	Saldo Acumulado	Utilização Fundo (-)	Formação do Fundo (+)	Saldo Anterior
	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundo de Garantia de Empréstimos – Celgprev	1.076	278	152	1.202
Fundo de Garantia de Empréstimos – Eletra 1	<u>142</u>	<u>44</u>	<u>24</u>	<u>162</u>
Consolidado	<u>1.218</u>	<u>322</u>	<u>176</u>	<u>1.364</u>

13. Provisão para Contingência do Plano Previdencial

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás - STIUEG, avocando para si a condição de substituto processual dos ex-participantes desligados da ELETRA - Fundação CELG de Seguros e Previdência, a partir de 1991, ajuizou na 11ª Vara Cível, Comarca de Goiânia, ação de cobrança coletiva, requerendo a cobrança dos expurgos inflacionários ocorridos nos períodos de junho/87 (26,06%), janeiro/89 (42,72%), fevereiro/89 (10,14%), março/90 (84,32%), abril/90 (44,80%), maio/90 (7,87%), fevereiro/91 (21,87%) e março/91 (11,79%), nas reservas de poupança resgatadas pelos mesmos.

Requer, ainda, a cobrança atualizada de 50% (cinquenta por cento) da reserva de poupança não resgatada por disposição contida no regulamento do plano de benefícios vigente à época. Não houve, ainda, o trânsito em julgado da decisão proferida no referido processo judicial.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Amparada na opinião de Assessores Jurídicos internos e externos, aprovada em reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 29 de setembro/2014, e ainda, seguindo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a qual entende que a prescrição quinquenal prevista na Súmula STJ/291, incide, também, sobre a restituição da reserva de poupança, a ELETRA efetuou reversão parcial da provisão em 2014, no valor de R\$7.196.245,33 (sete milhões, cento e noventa e seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos), referente ao expurgo inflacionário sobre resgate de contribuições dos participantes com mais de cinco anos.

Em 31 de dezembro de 2017, o reconhecimento contábil do exigível contingencial ficou registrado no montante de R\$6.666 mil (R\$ 5.863 em 2016).

14. Outras Informações

a) Novas Regras de Solvência a partir de 2016

Em novembro de 2015, foi publicada a Resolução CNPC n. 22, com efeitos a partir de 2016, sendo sua aplicação, de forma obrigatória, para os resultados referentes aos exercícios de 2015 e subsequentes. A referida Resolução traz modificações nas regras de solvência, tendo como premissas o aperfeiçoamento da dinâmica das regras de apuração para a destinação de *superávit* e equacionamento de *déficit*, a utilização da *Duration* (*duração - prazo médio*) de cada plano como critério de diferenciação e a ampliação do prazo de equacionamento de *déficits*, o que faz com que o equacionamento do *déficit* de um plano de benefícios seja distribuído ao longo de sua existência. Esta medida faz com que a regra seja aplicada individualmente, considerando as particularidades de cada plano.

As alterações trazidas pela nova Resolução trazem maior flexibilidade para a definição do valor da Reserva de Contingência e os limites de *superávits* (reserva de contingência) e *déficits*, antes fixos, passam a ser proporcionais à duração do passivo dos planos de benefícios.


b) Patrocinadora CELG D – Alienação Controle Acionário

A CELG D, maior empresa patrocinadora dos planos administrados pela Eletra, foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, nos termos da Lei Federal n. 9.491, de 9 de setembro de 1997, e do Decreto Federal n. 2.594, de 15 de maio de 1998 (e alterações posteriores) ("PND"), e por meio do Decreto Federal n. 8.449, de 13 de maio de 2015 (e alterações posteriores).


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente
CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios
CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador
CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49



Neste sentido, no âmbito do processo de desestatização da CELG D, a Eletrobrás (51%) e a CELGPAR (49%), colocaram à venda ações ordinárias de emissão daquela Distribuidora, de propriedades de ambas, mediante leilão público, na forma de maior lance. O leilão foi realizado em 30 de novembro de 2016, na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, conforme Edital PND de Leilão n. 02/2016/CELG-D ("Edital de Venda"), para o qual foi apresentada apenas uma proposta da Empresa Enel Brasil S.A. no valor total de R\$ 2,187 milhões.


O trâmite de homologação e aprovação do referido leilão foi finalizado em dezembro de 2016, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, respectivamente. A transferência do controle acionário da patrocinadora Celg D, do Governo do Estado de Goiás para a empresa ENEL Brasil S/A, foi finalizado no mês de fevereiro de 2017.


Luiz Humberto Urzedo de Queiroz
Presidente

CPF n. 067.550.701-49


Wisley Silva Pimenta
Diretor Administrativo-Financeiro

CPF n. 349.298.861-04


Salomão Pacini Figueira
Diretor de Benefícios

CPF n. 213.186.621-68


Wallace Rodrigues Felipe
Contador

CRC/MG-GO 042420
CPF n. 532.110.496-49

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Participantes da
ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela ELETRA, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC N.8), em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência e individual por plano de benefício em 31 de dezembro 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar- CNPC e ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

1. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3-O, que diz respeito a reversão parcial do Fundo Coletivo de Desligamento. Consoante aprovação do Conselho Deliberativo, amparada em parecer atuarial, "...a Diretoria da ELETRA ficou autorizada, no decorrer do ano de 2018, a efetuar reversão parcial do Fundo Coletivo de Desligamento do montante de até R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), para fins de registro de recomposição do fundo administrativo do PGA do Plano Celgprev. No referido estudo, elaborado pelo atuário responsável pelos planos administrados pela entidade, foram consideradas as metodologias técnicas, hipóteses e premissas atuariais, bem como os dados e informações prestadas pela ELETRA, pertinentes às projeções orçamentárias e Ajustes de Precificação de Ativos, a destinação extraordinária, parcial e pontual do valor acima supra citado do Fundo Coletivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

por Desligamento para o Fundo Administrativo do Plano Celgprev, sendo concluído pelo mesmo que a transferência de tais recursos, não oferece impacto a solvência atuarial do Plano, sendo tal mecanismo previsto em dispositivos regulamentares, devidamente aprovado pelo Órgão Fiscalizador". **Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.**

2. Chamamos a atenção também, para a Nota Explicativa nº 10 que discorre sobre a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos planos de benefícios administrados pela Eletra que efetuou "...a revisão das premissas atuariais e adequação às características da massa populacional (participantes e assistidos) e aos dispositivos regulamentares dos planos de benefícios, propiciando, assim, maior segurança ao mitigar o risco atuarial. A referida revisão das premissas, além das recomendações feitas pelo Atuário, levaram também em consideração os seguintes pontos: **a)** redução da massa de participantes do Plano Celgprev, em função do PAE (Plano de Aposentadoria Espontânea) e dos PDVs (Programas de Demissão Voluntária) promovidos pela principal patrocinadora da entidade, qual seja, CELG D - Celg Distribuição S/A, durante o exercício de 2017, após a privatização da mesma e conseqüentemente a transferência do controle acionário para a empresa Enel Brasil S/A, e **b)** A conseqüente redução do patrimônio do Plano de Contribuição Variável – CV (Celgprev), neste exercício, devido aos pagamentos efetuados, a título de resgates de poupança aos participantes que se desligaram desse Plano, no citado período, os quais totalizaram, o valor de R\$121 MM". **Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.**

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob nossa responsabilidade, onde na oportunidade emitimos relatório de auditoria, com data de 26 de janeiro de 2017, com opinião não modificada sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

continuidade operacional da **ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência** a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia, 01 de fevereiro de 2018.



BRAVAU Auditores Independentes SS

CRC GO – 001818/O-8

Marcelo Alejandro Galindo Bravo

Contador CRC GO 015750/O-4



Paulo Henrique Coan

Contador CRC GO 22.011/O-8



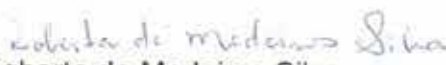
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em consonância com o artigo 41, inciso II, do Estatuto da ELETRA – Fundação Celg de Seguros e Previdência e em atendimento às Normas Gerais, item 17, letra "j", da Resolução do CNPC n. 08, de 31 de outubro de 2011 e as alterações introduzidas pela Resolução do CNPC n. 12, de 19 de agosto de 2013, com base na análise efetuada das Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2017, consubstanciada pelo Parecer Atuarial emitido pelo Atuário, Sr. Daniel Pereira da Silva, sócio proprietário da empresa Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial, responsável técnico pelos Planos de Benefícios administrados pela entidade, bem como pelo Parecer do Auditor Independente, emitido pela BRAVAU AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP, nós, membros do Conselho Fiscal, aprovamos as referidas Demonstrações Contábeis do exercício de 2017, sem ressalvas.

Goiânia, 26 de janeiro de 2018.


Adriano Faria Garcia
Presidente


Daniel Lopes de Oliveira
Conselheiro Suplente


Roberta de Medeiros Silva
Conselheiro Titular

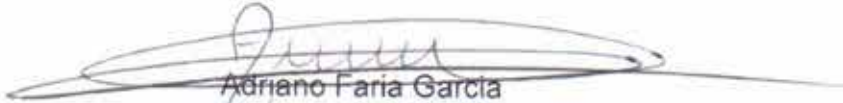


PARECER COMPLEMENTAR DO CONSELHO FISCAL

Em virtude da ocorrência de publicação da Portaria Previc n. 80/2018, no Diário Oficial da União, apenas em 31.01.2018, a qual define novos critérios para cálculo do ajuste de precificação de títulos públicos a serem utilizados nas Demonstrações Contábeis de encerramento em 31.12.2017, foi necessária a adequação e reemissão, em 01.02.2018, de novos Pareceres Atuariais por parte do Sr. Daniel Pereira da Silva, sócio proprietário da empresa Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial, responsável técnico pelos Planos de Benefícios administrados pela entidade, bem como de novo Parecer do Auditor Independente, na mesma data, pela BRAVAU AUDITORES INDEPENDENTES S/S – EPP.

Desta forma, e em consonância com o artigo 41, inciso II, do Estatuto da ELETRA – Fundação Celg de Seguros e Previdência e em atendimento às Normas Gerais, item 17, letra "j", da Resolução do CNPC n. 08, de 31 de outubro de 2011 e as alterações introduzidas pela Resolução do CNPC n. 12, de 19 de agosto de 2013, com base na análise efetuada das Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2017, consubstanciada pelo novos Pareceres supramencionados, nós, membros do Conselho Fiscal, aprovamos as referidas Demonstrações Contábeis do exercício de 2017, sem ressalvas.

Goiânia, 02 de fevereiro de 2018.


Adriano Faria Garcia
Presidente


Daniel Lopes de Oliveira
Conselheiro Suplente



Roberta de Medeiros Silva
Conselheiro Titular

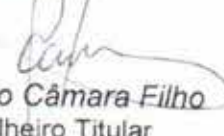


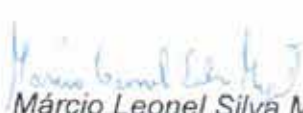
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

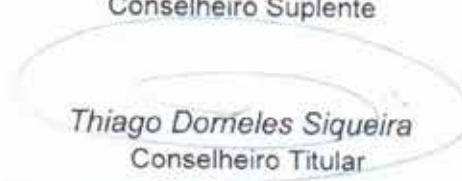
Em consonância com o artigo 18, inciso XII, do Estatuto da **ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência** e em atendimento às Normas Gerais, item 17, letra "k", da Resolução do CNPC n. 08, de 31 de outubro de 2011 e alterações introduzidas pela Resolução CNPC n. 12, de 19 de agosto de 2013, com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2017, consubstanciada pelo Parecer Atuarial emitido pelo Atuário, Sr. Daniel Pereira da Silva, sócio proprietário da empresa Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial, responsável técnico pelos Planos de Benefícios administrados pela entidade, bem como pelo Parecer do Auditor Independente, emitido pela Bravau Auditores Independentes S/S - EPP, e ainda, pelo Parecer do Conselho Fiscal, nós, membros do Conselho Deliberativo, aprovamos as referidas Demonstrações Contábeis do exercício de 2017, sem ressalvas.

Goiânia, 31 de janeiro de 2018.


Eduardo José dos Santos
Presidente


Raimundo Câmara-Filho
Conselheiro Titular


Márcio Leonel Silva Miguel
Conselheiro Suplente


Thiago Dorneles Siqueira
Conselheiro Titular




MANIFESTAÇÃO COMPLEMENTAR DO CONSELHO DELIBERATIVO

Em virtude da ocorrência de publicação da Portaria Previc n. 80/2018, no Diário Oficial da União, apenas em 31.01.2018, a qual define novos critérios para cálculo do ajuste de precificação de títulos públicos a serem utilizados nas Demonstrações Contábeis de encerramento em 31.12.2017, foi necessária a adequação e reemissão, em 01.02.2018, de novos Pareceres Atuariais por parte do Sr. Daniel Pereira da Silva, sócio proprietário da empresa Wedan Consultoria e Assessoria Atuarial, responsável técnico pelos Planos de Benefícios administrados pela entidade, bem como de novo Parecer do Auditor Independente, emitido na mesma data, pela BRAVAU AUDITORES INDEPENDENTES S/S – EPP, e ainda, de Parecer Complementar do Conselho Fiscal da Eletra.

Desta forma, e em consonância com o artigo 18, inciso XII, do Estatuto da **ELETRA - Fundação Celg de Seguros e Previdência** e em atendimento às Normas Gerais, item 17, letra "k", da Resolução do CNPC n. 08, de 31 de outubro de 2011 e alterações introduzidas pela Resolução CNPC n. 12, de 19 de agosto de 2013, com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2017, consubstanciada pelos Pareceres supramencionados, nós, membros do Conselho Deliberativo, aprovamos as referidas Demonstrações Contábeis do exercício de 2017, sem ressalvas.

Goiânia, 02 de fevereiro de 2018.


Eduardo José dos Santos
Presidente


Raimundo Câmara Filho
Conselheiro Titular


Márcio Leonel Silva Miguel
Conselheiro Suplente


Thiago Dorneles Siqueira
Conselheiro Titular